

OS SISTEMAS AGRÁRIOS COM CASTANHA-DO-BRASIL (*BERTHOLLETIA EXCELSA H.B.K*) NA REGIÃO SUL DO ESTADO DO AMAPÁ^(*)

Walter Paixão de Sousa^(**)

Laura Angélica Ferreira^(***)

RESUMO

Aborda o estudo de um tipo específico de sistema agrário: o sistema agrário com a castanha-do-brasil da Reserva Extrativista do rio Cajari no Estado do Amapá (RESEX/CA). O trabalho é uma parte da dissertação elaborada pelo autor no ano de 2006, que teve como foco principal compreender a dinâmica dos sistemas de produção praticados, nesta reserva extrativista, no período de 2000 para 2005. Na dissertação o autor descreve que as mudanças ocorridas nos sistemas de produção no período considerado evidenciam além de fatores de ordem econômica, que a permanência das práticas agrícolas com o extrativismo da castanha se rege por outros fatores. A relação histórica de uso da floresta com o extrativismo e as agriculturas é bem mais complexa, não podendo ser avaliada apenas do prisma econômico. Portanto, os sistemas de produção praticados são, também, produto histórico da relação das famílias mediadas pela sociopolítica regional e pela natureza da atual RESEX/CA. Isso não quer dizer que, necessariamente, esses sistemas não mudaram. Os sistemas experimentaram mudanças, inclusive algumas famílias procuram alcançar melhores níveis de qualidade de vida, através da agricultura. Em se tratando de uma unidade de conservação de uso direto, para esta reserva extrativista, deveriam ser direcionadas ações de apoio para que eles pudessem ter melhores condições de vida, sem precisar investir em outras atividades, que não o extrativismo.

Palavras-chave: Sistema agrário. Sistema de produção – castanha-do-brasil. Extrativismo vegetal. Reserva extrativista.

^(*) Este trabalho é parte de uma dissertação defendida pelo primeiro autor sob a orientação da segunda, Curso de Mestrado em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará, ano de 2006.

^(**) Embrapa Amapá. Rodovia JK, km 05, s/n – CEP 68.903-000, Macapá-AP. E-mail: paixao@cpafap.embrapa.br

^(***) Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará. Campus Universitário do Guamá. Belém-PA. E-mail: laurange@ufpa.br

THE AGRARIAN SYSTEM WITH BRAZIL NUT (*BERTHOLLETIA EXCELSA H.B.K*) OF SOUTH REGION OF THE STATE OF AMAPÁ^(*)

ABSTRACT

This work approaches the study of a specific type of agrarian system: the agrarian system with the one chestnut-of - Brazil of the Extrativista Reserve of the river Cajari in the State of Amapá (RESEX/CA). The work is a part of the dissertation elaborated for the author in the year of 2006, that it had as main focus to understand the dynamics of the practiced systems of production in this extrativista reserve in the period of 2000 for 2005. In the dissertation work the author describes that the occurred changes in the systems of production in the considered period, evidences beyond factors of economic order, that the permanence of the practical agriculturists with the extractivism of the chestnut if prevails for other factors. The historical relation of use of the forest with the extractivism and agriculture's is well more complex, not being able to be evaluated only of the economic prism. Therefore, the practiced systems of production are also historical product of the relation of the families mediated for social political the regional one and the nature of the current RESEX/CA. This does not want to say that necessarily these systems had not moved. The systems had tried changes, also some families look for to reach better levels of quality of life, through agriculture. In if treating to a unit of conservation of direct use, for this extrativista reserve action of support would have to be directed so that they could have better conditions of life, without having that to invest in other activities, that not it extractivism.

Keywords: Agrarian system. System of production. Extractivism. Extractive reserve.

1 INTRODUÇÃO

A tomada de uma consciência ecológica em face da crise do modelo atual de desenvolvimento, permitiu o surgimento de grandes programas de pesquisa interdisciplinar na década de 1970, que foram postos em prática a partir da constatação de que, isoladamente, as ciências do homem e da natureza, teriam dificuldades de integrarem em seus postulados, a interação vida/natureza/homem/sociedade, para corretamente explicar os procedimentos complexos de adaptação, sobrevivência e desaparecimento que governam a evolução dos ecossistemas (PENA-VEGA, 2003).

Contudo, já na década de 1950, diversas escolas de pensamento científico mundial iniciavam o questionamento do método mecanicista, baseado na mecânica racional e na estatística, como não sendo adequado para o estudo de objetos complexos. Contrapondo a tendência de fracionamento das ciências em especialidades isoladas umas das outras, surge uma nova maneira de observar e compreender o comportamento do homem (CAPRA, 2004).

A abordagem sistêmica aplicada ao estudo do desenvolvimento rural, tem por base a teoria do sistema geral (LE MOIGNE, 1990). Assim, ao invés de decifrar passo a passo de forma analítica, procuraremos, para conhecer o objeto, concebê-lo (e logo representá-lo) como objeto significativo e como organismo funcionante: "já não analisar a realidade, mas conceber o modelo, e o arranjo de sinais pelos quais nos será dado o significado do objeto" (LE MOIGNE, 1990, p. 88-89).

Analisar e explicitar um objeto em termos de sistema, vai nos permitir identificar os diferentes níveis de atuação dos fatores que determinaram os sistemas de produção usados pelas famílias no vale do rio Jari, e seus impactos no meio ambiente e na qualidade de vida das

pessoas. Para tanto, é necessário, em primeiro lugar delimitar o objeto de estudo, traçar uma fronteira entre esse objeto e o resto do mundo. E, em particular, definir a escala de apreensão desse objeto e suas conexões com os níveis hierárquicos superiores e, igualmente, inferiores (MAZOYER; ROUDART, 2001). Delimitou-se como objeto de estudo os sistemas de produção praticados na Reserva Extrativista do rio Cajari no Estado do Amapá (RESEX/CA).

Portanto, pensar esses sistemas de produção de forma sistêmica como nos ensina Le Moigne (1990), é elaborar um modelo representativo sobre o seu funcionamento. Com o uso do conceito de sistemas agrários, pretende-se elaborar um modelo que nos permita estabelecer as bases de diálogo com os atores presentes nessa reserva extrativista. Do confronto e questionamentos dos olhares em torno do modelo concebido dos sistemas presentes, se poderá, por exemplo, estabelecer a base para construção de projetos de Pesquisa-Desenvolvimento (JOUVE, 1992), capazes de se transformarem em instrumentos de intervenção com mais capacidade de promoverem o desenvolvimento de comunidades locais e de melhorias na qualidade de vida das famílias que vivem nessa reserva extrativista.

Para tanto, o trabalho estabelece como pressuposto que essas transformações são graduais, e, um esforço de pesquisa foi feito pela tipologia, para se observar a coexistência dos sistemas antigos com os novos; caracterizando as diferenças, descrevendo os processos, pesquisando as relações entre elementos e evidenciando a representatividade dessas continuidades, na tentativa de se estabelecer as diferenciações entre os sistemas e compreender as razões que permitisse compará-los.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O uso da teoria dos sistemas agrários para o estudo do rural é importante quando se deseja abranger realidades mais amplas, como a que estamos nos propondo realizar neste trabalho, uma vez que é no nível regional e local:

onde podem se consideradas certas conseqüências sociais, econômicas e ecológicas da evolução técnica dos sistemas de produção e certas relações como, por exemplo, as relações de troca de ferramentas, de trabalho, de produto, etc. São essas situações que as dimensões espaciais dos fenômenos técnicos e sociais são privilegiados. (DUVENOY, 1994 apud OLIVEIRA, 2002, p. 14).

Mazoyer e Roudart (2001) definem um sistema agrário como sendo a inter-relação das seguintes variáveis: o meio cultivado, ou seja, o meio original e as suas transformações historicamente sofridas; os instrumentos de trabalho utilizados, isto é, as ferramentas, as máquinas, os materiais biológicos (as plantas cultivadas e os animais domésticos) e a força de trabalho social (física e intelectual); o modo de artificialização do meio que resulta na reprodução e na exploração do ecossistema cultivado; a divisão social do trabalho entre a agricultura, o artesanato e a indústria; os excedentes agrícolas, que além de destinar-se a atender as necessidades do produtor, possibilita satisfazer as necessidades dos outros grupos sociais; as relações de troca entre os ramos associados, ou seja, as relações de propriedade, as relações de força que regulam a divisão dos produtos do trabalho, dos bens de produção e dos bens de consumo, e as relações de troca entre os sistemas concorrentes. Assim, para esses autores:

Um sistema agrário é um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de nos darmos conta, a traço largos, das transformações históricas e da diferenciação geográfica das agriculturas humanas [...] assim concebido, cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado, composto de um ecossistema cultivado e de um sistema social produtivo definido, permitindo este explorar duradouramente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente. (MAZOYER; ROUDART, 2001, p. 39-43).

Desta maneira, analisar e explicitar os sistemas de produção praticados na RESEX/CA pela teoria dos sistemas agrários é também: “estudar a sua dinâmica de evolução através do tempo, e as relações que esse sistema mantém com o resto do mundo nos seus diferentes estágios de evolução” (MAZOYER; ROUDART, 2001, p. 43). E, assim procedendo, o pesquisador enfrenta uma dupla tarefa, “em primeiro plano, a tarefa de colocar em evidência o tempo de evolução desse sistema e, em segundo, como foram formados e como evoluíram os elementos que o constituem” (SANTOS, 1997 apud FERREIRA, 2001, p. 34).

Essas duas dimensões em combinação tratam de analisar os sistemas agrários em sua dinâmica. No trabalho essa combinação é feita pelo resgate da história de vida dos atores e sujeitos envolvidos na atividade de extração da castanha no vale do rio Jari, desde o final do século XIX. Assim, pode-se construir um modelo do funcionamento dos sistemas de produção praticados, que melhor possa representar às bases de suas mudanças.

3 OS SISTEMAS AGRÁRIOS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA

O extrativismo é uma das formas da relação homem/natureza com os ecossistemas da Amazônia. A bibliografia histórica especializada relata que as populações indígenas que habitavam essa região antes da presença dos colonizadores europeus viviam da coleta de produtos presentes na natureza, uma sobrevivência que se complementava com o cultivo de alguns produtos agrícolas, em especial tubérculos, como a mandioca, o cará e a batata doce.

Para as populações indígenas da Amazônia, antes da presença do colonizador europeu, o extrativismo se fazia sobre produtos da flora e fauna no objetivo de atendimento de suas necessidades alimentares. Um dos primeiros impactos da colonização europeia na Região foi justamente sua influência na mudança dessa relação homem/natureza estabelecida pelos índios, pois o extrativismo era para atender finalidades de reprodução biológica direta.

Quanto aos colonos europeus, que chegaram à Amazônia por volta do ano 1616, o extrativismo interessava por sua possibilidade de gerar riquezas com a extração de alguns produtos da natureza, que depois eram exportados para a Europa. Esse extrativismo foi a forma alternativa encontrada por esses primeiros colonos, em face ao fracasso de estabelecer um comércio com o mercado europeu pela produção agrícola (COSTA, 1992).

Esse comércio de alguns produtos do extrativismo da flora amazônica, na fase das missões religiosas, recebe a denominação de ciclo das drogas do sertão¹. Foram estes os primeiros recursos a se tornarem responsáveis, por um certo tempo, pela vida econômica desta Região e mesmo do Brasil. Ainda nesta fase, outro produto do extrativismo, o cacau, teve grande peso na

economia regional e a produção não se fazia apenas do extrativismo, mas, também, de uma produção obtida de áreas de cultivo. As exportações de cacau na Amazônia, pelo porto de Belém, chegaram a representar 90% do valor das exportações brasileiras no período 1730-1740, cujo excedente econômico proporcionou a construção das igrejas e palácios mais antigos de Belém (HOMMA, 2001).

O autor destaca que essa economia começa a entrar em crise a partir do ano de 1746, com a entrada no mercado da produção de cacau dos plantios do Estado da Bahia, o que força uma queda nos preços do produto. Ângelo-Menezes (1994) mostra a queda no preço de 4.800 réis, no ano de 1747, para 960 réis às vésperas da Independência do Brasil (1822).

O outro impacto da colonização europeia, nesta relação homem/natureza, se faz pela introdução de técnicas agrícolas que se consolidava na Europa daquela época, com práticas de cultivos mais intensivos, onde o pousio da parcela cultivada era diminuído². Essa forma de fazer agricultura se mistura com as práticas agrícolas indígenas, gerando sistemas de produção, que garantiam a sobrevivência das famílias presentes no espaço do projeto religioso³ (índios e colonos europeus), sem a necessidade de um maior atrelamento ao mercado europeu, como pretendiam os colonizadores portugueses.

Uma das influências sofridas no sistema de produção dos indígenas da Amazônia, no período de 1669 a 1800, diz respeito às práticas executadas no preparo da área para plantio. A experiência europeia introduz no sistema técnico dos índios, as práticas da derrubada das árvores maiores e a coivara⁴, práticas não utilizadas por eles, mas que com o aldeamento, passaram a incorporá-las, embora para isto tivessem que

despender um maior esforço físico e tempo, renunciando, assim, a outras atividades (ÂNGELO-MENEZES, 1994).

A derruba de árvores maiores e principalmente a coivara, permitiam o plantio concomitante nas roças de mandioca, de frutas exóticas trazidas pelos colonos, tanto da Europa como de outras partes do mundo, bem como de espécimes da flora local, especialmente o cacau, a salsaparilha e o cravo amazônico. As poucas especiarias do diversificado ambiente natural da região que obtinham preço compensatório no mercado.

Para essa autora e outros como Costa (1992), as técnicas de produção agrícola dos colonizadores europeus, ao se juntarem às práticas agrícolas indígenas, geraram sistemas de produção agroextrativistas bastante eficientes, sob o ponto de vista da manutenção de um modo de vida autárquico na Região.

O isolamento da Amazônia em relação ao restante da colônia brasileira, e conseqüentemente, a pouca demanda da região por produtos manufaturados ofertados pela Coroa Portuguesa, bem como o desinteresse do mercado europeu pelos produtos do extrativismo produzidos pela colônia brasileira, obrigaram o governo colonial português a fazer investimentos para a manutenção da soberania sobre o território amazônico. Assim, no ano de 1750, cria a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão e coloca em prática um conjunto de medidas para estabelecer uma economia alternativa (ao extrativismo) de desenvolvimento na Amazônia.

O "ciclo agrícola" estabelecido com a Companhia veio acompanhado de muitos incentivos, tais como: doação de terras a colonos e soldados que se comprometessem a cultivá-las; introdução do trabalho escravo procurando

reforçar a atividade do cacau e outros produtos; estímulo à implantação da pecuária nos campos de Rio Branco (Roraima), baixo Amazonas e Arquipélago do Marajó (FERNANDES, 1997).

Fazendo a análise dessa nova fase do projeto colonizador da Amazônia no vale do Tocantins no Estado do Pará, Ângelo-Menezes (1994) diz que no modelo agrícola da Companhia, novos instrumentos de trabalho como o arado de aiveca, usado no preparo do solo na Europa Ocidental, foram introduzidos. Esses utensílios foram financiados aos colonos para ampliar o rendimento de seus cultivos de mandioca e outros como a cana-de-açúcar, que os colonizadores portugueses tinham interesse especial de produzir. Os novos instrumentos e técnicas de produção necessitavam de muito mais mão-de-obra, que foi garantida pela força de trabalho escrava, sobremaneira de negros.

Sobre as duas fases do projeto colonizador da Amazônia no vale do Tocantins, a autora conclui que, mesmo o extrativismo se apresentando como a forma mais ajustada de uso face às limitações impostas pelo meio biofísico da Amazônia, ele atendia, apenas, as necessidades dos indígenas. As famílias dos colonos europeus tinham outro padrão de necessidades a serem supridas, bem diferente daquelas dos indígenas, o qual não podia ser atendido, somente, pelo extrativismo.

Portanto, para estes, o projeto agrícola se fazia uma necessidade. As tentativas de domesticação e plantio do cacau, os monocultivos de cana-de-açúcar e o plantio de espécies perenes trazidas de outras partes do mundo, são exemplos encontrados em narrativas de historiadores, relacionados a este objetivo.

Para autores como Costa (1992), as barreiras impostas pelo meio biofísico particular da Amazônia, tanto nos aldeamentos das missões

religiosas como no projeto agrícola da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, atuaram determinando no sentido de impedir a consolidação das comunidades agrícolas.

Outras análises merecem atenção para explicar essa impossibilidade. Analisando o fracasso do monocultivo do arroz nas várzeas do Amapá por colonos portugueses financiados pela Companhia, Marin (1999) relaciona como primeiro obstáculo para a atividade agrícola o mercado e os preços oferecidos por ela para a produção desse monocultivo. Esta relação de domínio da Companhia sobre as famílias gerava elevados níveis de expropriação dos colonos, inviabilizando por completo as unidades de produção de arroz. Com a saída da Companhia, as famílias de colonos trocam o monocultivo do arroz de várzea pelo policultivo nas terras firmes associado ao extrativismo da castanha-do-pará.

Porém, tanto Costa (1992) como Marin (1999) concordam que como produto dessas políticas emerge, articuladas ou não à economia mercantil, um conjunto de unidades de produção isoladas ou no entorno das vilas⁵, que se mantêm do extrativismo complementado pela prática de uma agricultura diversificada. Dessas unidades de produção agroextrativistas iniciou-se o processo de formação do campesinato tipicamente amazônico: o campesinato caboclo (COSTA, 1992).

Esses sistemas se gestam pela agregação de algumas técnicas agrícolas do colonizador português, aliadas à experiência do índio e dos negros no domínio das florestas e dos rios, gerando sistemas de produção que terão papel muito importante no abastecimento local e de grandes cidades na Amazônia (FILOCREÃO, 2002).

3.1 O EXTRATIVISMO COMO MATÉRIA-PRIMA PARA A INDÚSTRIA

Nas unidades de produção deste campesinato caboclo da Amazônia, os produtos do extrativismo como a caça, o pescado, frutos e ervas medicinais, continuaram importantes para as famílias, tanto na forma de consumo direto como para venda. Na época do Brasil Império, outros produtos desse extrativismo, especialmente a madeira, já se apresentava importante como moeda de valor ou mesmo de troca por outros produtos necessários à família, e também para o estabelecimento de um comércio vigoroso da Amazônia com o restante do Brasil e mesmo com a Europa.

Nesta época alguns produtos agrícolas como a farinha, o arroz, feijão e criações de pequenos animais, também ganham importância para essas unidades de produção agroextrativistas

caboclas da Amazônia. Algumas cidades como Belém e Manaus, que na época do Brasil Império já apresentavam um expressivo contingente populacional urbano, representavam locais privilegiados de comércio para a produção agroextrativista da Amazônia.

A comunicação entre a produção local das unidades camponesas caboclas e o mercado consumidor dessas cidades se fazia por uma rede de intermediação, onde os rios serviam para a navegação de barcos, transportando essas mercadorias. Portanto, na nova relação homem/natureza que se produziu com a formação do campesinato caboclo, originado do projeto das missões religiosas e da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão; a produção extrativista convivia harmoniosamente com a agrícola.

Logo após a transformação do Brasil para República, a manutenção de uma relação harmônica entre as agriculturas com o extrativismo na Amazônia vai começar a se tornar problemática. Com a oportunidade oferecida pelo mercado internacional interessado em um produto específico do extrativismo amazônico; a borracha natural, levas de migrantes, principalmente da Região Nordeste do Brasil, se deslocam na direção da Amazônia em busca da exploração dessa riqueza natural da floresta. No primeiro período do ciclo da borracha (1889/1900), o crescimento populacional da Região Norte foi de 46%, e de 107% no período seguinte (1900/1920), representando um aumento anual de 3,75% no período considerado (HOMMA, 2001). Os locais preferenciais procurados por essa população de migrantes foram os altos rios de planalto na Amazônia, pela ocorrência de um espécime de seringueira bem mais produtiva: a *Hevea brasiliensis*.

Os autores fazem uma distinção entre o sistema adotado na exploração das seringueiras pelas unidades de produção agroextrativistas na Amazônia e o sistema adotado pelos migrantes. No primeiro caso, a extração do látex a princípio se juntava ao conjunto da produção diversificada: parcelas de produção agrícola, das criações e da

extração de castanha e de outros produtos da flora, além da caça e da pesca; já para o segundo, o ambiente da floresta era explorado, unicamente, na extração dessa resina.

Com a perda das condições de competitividade da borracha amazônica no mercado internacional de pneumáticos, quando esses produtos passaram a ser ofertados pelos cultivos de seringueiras do sudeste asiático, os impactos foram diferenciados para os dois sistemas de extração da borracha. Nos sistemas das unidades de produção agroextrativistas caboclas, a partir do encerramento do ciclo da borracha entre 1917-1920, eles continuaram com suas atividades agrícolas aliadas, também, ao extrativismo.

Nos altos rios, os seringueiros também não desaparecem, do seu longo contato com a floresta eles aprenderam a retirar dela parte dos produtos necessários a sua subsistência. Com a crise da borracha eles reassumem sua condição de produtores agrícolas, contudo, uma produção agrícola que se misturava com atividades de caçadores, pescadores, coletores de frutos e extratores de resinas, inclusive o próprio látex da seringueira, pois em algumas localidades da Amazônia essa atividade ainda persiste (ALLEGRETTI, 2002).

3.2 O EXTRATIVISMO SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Assim, diversas formas de extrativismo passam a existir na Amazônia, todas elas coexistindo com as agriculturas. Nos anos de 1970 o Governo Federal executa uma série de políticas dentro do Programa de Integração Nacional (PIN), onde a construção de uma grande malha viária na Amazônia, acelera a migração que já vinha ocorrendo na direção da Região. Com as estradas, projetos de colonização dirigida e grandes empreendimentos agropecuários,

alteram por completo, nas localidades onde essas ações aconteciam, a relação homem/natureza que naturalmente se estabelecia, favorecendo as práticas agrícolas em detrimento do extrativismo.

Na metade da década de 1980, movimentos ambientalistas nacionais e internacionais começam a denunciar a violenta modificação da natureza da Amazônia pelas queimadas (FEARNSIDE, 1989). No final dessa

década, tendo como argumento a conservação do bioma amazônico através da prática do extrativismo, que historicamente foi a forma de uso e conservação desenvolvida por famílias que dependem dele para sua sobrevivência, foram criadas as Reservas Extrativistas (RESEX's).

As RESEX's dentro do Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), são classificadas como áreas protegidas de "uso direto", ou seja, que se permite várias formas de manejo, desde que sejam sustentáveis. Portanto, diferem dos métodos tradicionais de proteção da floresta por permitirem um acesso limitado das comunidades locais aos recursos objetos de conservação. Nas RESEX's há permissão do uso com a mínima perturbação desse meio (mantendo a floresta em pé), excetuando-se roças para a família a fim de complementar sua subsistência. Assim, as Reservas constituem um tipo de unidade de conservação com objetivo duplo: preservação ambiental e atendimento de uma demanda social local, destinada a exploração dos recursos naturais em sistemas (praticamente naturais) pelas populações que ali moram, de forma a manter sua conservação, ou seja, de modo sustentável, sem desmatamento.

Essas unidades de conservação surgiram dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com a denominação de Assentamentos Extrativistas (Portaria do INCRA nº 2, de 30 de julho de 1987), passando mais tarde a fazer parte da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), regulamentada através do Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990.

A definição oficial de reserva extrativista refere-se como sendo uma área destinada à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis pelas populações tradicionais. Essas reservas fazem parte do SNUC, onde esclarece que:

As reservas extrativistas são espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitam a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental (BRASIL. Decreto Lei nº 98.897 de 30.01.1990, art. 2º, Parágrafo Único).

Nas RESEX's a propriedade da terra é do Estado, mas com o seu uso garantido pelas comunidades ali residentes segundo formas tradicionais. Assim, a terra não pode ser objeto de venda nem utilizada para fins não florestais, exceto para culturas de subsistência, em área delimitada pelo Plano de Uso (PU) da RESEX. As reservas extrativistas abrangem áreas florestais utilizadas tradicionalmente por seringueiros, coletores de castanha e outras populações tradicionais.

Do total dos 24,6 milhões de hectares áreas protegidas no Brasil, pouco mais de 4,5% do território até o ano de 1991, três milhões de hectares se constituíam por aquelas ocupadas por quatorze reservas extrativistas, beneficiando 9.174 famílias (IBAMA, 1992). Portanto, as RESEX's representam um pouco mais de 10% desse total de áreas protegidas (LIMA, 1997).

As reservas extrativistas representam uma das conquistas dos movimentos sociais e das comunidades locais da Amazônia. Essa conquista teve como protagonista o movimento dos seringueiros do Estado do Acre, uma luta iniciada no ano de 1985, cujo marco foi o assassinato de Chico Mendes as vésperas do Natal de 1988, que determinou a criação das duas primeiras reservas extrativistas na Amazônia no ano de 1989, e influenciou politicamente na criação de todas as outras (LIMA, 1997).

O movimento social dos seringueiros do Estado do Acre, de origem sindical, porém com atuação múltipla, graças a essa visão de sua liderança maior (Chico Mendes), mobilizou-se em torno da ação direta contra os desmatamentos, da crítica à destruição dos recursos naturais e da proposição de alternativas que combinassem distribuição da terra, equidade social e valorização da floresta.

Os desmatamentos desta época na Amazônia, já vinham sendo objetos de críticas de entidades ambientalistas internacionais, principalmente norte-americanas, formadas por cientistas e cidadãos desse país, que estruturaram uma campanha em defesa das florestas tropicais ameaçadas pelos desmatamentos.

O principal argumento utilizado nesta campanha era de que a destruição estava sendo financiada pelo dinheiro dos contribuintes dos países ricos, por meio do apoio financeiro que seus governos davam aos bancos multilaterais de desenvolvimento como o Banco Mundial, considerado agente implementador de políticas que não respeitavam o meio ambiente. Alertavam tanto para o impacto ambiental destes projetos como, também, para a dizimação de populações indígenas que habitavam as áreas onde estavam sendo alocados os financiamentos (ALLEGRETTI, 2002).

Embora tivessem conseguido conquistar a adesão da opinião pública, de cientistas e de políticos, especialmente nos Estados Unidos, faltava aos movimentos ambientalistas internacionais a inserção política no interior dos países onde os projetos questionados estavam sendo implantados. Naquele momento, os movimentos ambientalistas nos países em desenvolvimento, com os quais pudessem fazer alianças, ainda eram incipientes. E as populações locais afetadas pelos projetos não estavam organizadas e, em conseqüência, não tinham poder de influência sobre as políticas públicas,

especialmente porque regimes militares, ainda, predominavam na América Latina, onde os projetos de desenvolvimento estavam sendo implantados.

A emergência dos seringueiros defendendo a manutenção da floresta como meio de vida e de trabalho⁶, cujos membros arriscavam a própria vida em embates com forças econômicas sustentadas pelo poder político nacional, foi um dado inteiramente novo na história dos movimentos da sociedade civil brasileira do século XX. Para os ambientalistas internacionais significava a existência de uma base social e para os seringueiros a eficácia de um grupo de pressão, ambos voltados ao mesmo objetivo: a defesa da floresta.

Entretanto, a luta dos seringueiros para ser exitosa precisava de uma conexão entre duas realidades, o seringal e os movimentos ambientalistas, e entre atores sociais distintos que não se conheciam. A eficácia dessa articulação entre fatores internos e externos à realidade urbana e rural da Amazônia dependia de um elo entre ambos, que foi dado pela liderança de Chico Mendes, "o tradutor e articulador da ligação entre as duas realidades" (ALLEGRETTI, 2002, p. 740).

Contudo, diz a autora:

A floresta que ambos defendiam, não era, inicialmente, a mesma [...]. A defesa que o movimento ambientalista internacional fazia das florestas tropicais não envolvia questões sociais⁷ [...]. Para eles, quanto menor a ocupação na floresta mais eficiente seria sua proteção [...]. Por outro lado, a defesa que o movimento dos seringueiros fazia da floresta não envolvia questões ambientais [...]. Para eles, a seringueira e a castanheira eram importantes porque nasceram e criaram seus filhos vivendo da venda dos produtos destas árvores (ALLEGRETTI, 2002, p. 735).

O objetivo comum construído, a defesa das florestas tropicais para as comunidades tradicionais que delas dependem para sobreviver, relacionou, pela primeira vez na história, a proteção do meio ambiente às mudanças no sistema de distribuição de terras e de riquezas e deu à questão ambiental um nível de inserção social que nunca estivera antes presente em nenhum outro país do mundo (ALLEGRETI, 2002).

Para a construção desse objetivo comum foi decisiva a emergência de um fator até então inexistente como relevante à proteção das florestas tropicais e ao clima do planeta, o reconhecimento do papel da participação de comunidades locais na gestão dos recursos naturais, destacando-se, também, a importância da preservação e manutenção das reservas e áreas naturais, não mais relacionada aos aspectos

humanos da preservação, mas aos possíveis valores econômicos dessa biodiversidade e do equilíbrio global. Por conta disso, as políticas agrícolas dos anos 1990, vieram profundamente matizadas pela questão ambiental, obrigando o Estado Brasileiro a inserir esses novos componentes em sua agenda de desenvolvimento (ALLEGRETI, 2002).

Por outro lado, as políticas ambientais, e principalmente a eficiência da RESEX enquanto espaço de desenvolvimento socioambiental tem despertado o interesse de vários estudiosos. Saber se as RESEX's estão desempenhando suas funções é peça fundamental para não só apoiar as iniciativas do governo, como buscar caminhos possíveis de desenvolvimento compatíveis com a realidade e com os interesses que circundam a Amazônia.

4 A SOCIOECOLOGIA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS COM CASTANHA NA AMAZÔNIA

A extração de castanha é uma atividade importante para muitas comunidades locais da Amazônia brasileira, boliviana e peruana. Essas atividades se mantêm mais ou menos fiéis ao seu modelo original de extração, iniciado com a "descoberta" e descrição botânica da castanha no ano de 1807 (ZUIDEMA, 2000).

Esse autor ressalta a importância socioeconômica da castanha no norte da Bolívia, que com a inviabilização da produção de borracha nativa, a partir do ano de 1980, passou a ocupar esse espaço. No ano de 1998, essa produção, isoladamente, representou mais de 60% do total das exportações desta região (ZUIDEMA, 2000)

Na Amazônia brasileira a importância socioeconômica da extração da castanha se apresenta de forma diferenciada entre as regiões de sua ocorrência. Na região sudeste do Estado

do Pará, os castanhais eram domínios de fazendeiros e foram, na sua grande maioria, substituídos pelas agriculturas, especialmente pelas pastagens para criação de gado bovino. Em um processo que se inicia na década de 1920, de forma "espontânea", determinada pelo crescimento demográfico interno das comunidades locais, e se acelera com as migrações induzidas, principalmente, pelo financiamento aos grandes projetos agropecuários da década de 1980 (HOMMA et al., 2000).

Destarte esse significativo crescimento demográfico ter, também, ocorrido na região do vale do rio Jari, a grande maioria dos castanhais nativos presentes nesta região está preservada. A continuidade do estado geral dessa preservação vai depender da mediação entre as políticas públicas conservacionistas, e aquelas voltadas ao apoio à produção agropecuária, em

especial a abertura de ramais e estradas. Pois a ampliação dessa infra-estrutura representa a mais séria ameaça a integridade dos castanhais da região. Ao longo de ramais e rodovias são espaços preferenciais para desenvolver atividades agrícolas e o fogo usado na abertura das áreas, quando descontrolado, invade e destrói as castanheiras.

As florestas do vale do rio Jari têm sido utilizadas como fonte de sobrevivência de seus habitantes humanos, mesmo antes da presença dos colonizadores europeus. Nos últimos 120 anos, o uso dessas florestas se converteu em uma exploração comercial em grande escala, inicialmente a seringueira e, até a época atual, da castanha. Mesmo com a exploração comercial da castanha por mais de um século nesta região, não se observa redução em seus estoques, como ocorreu em outras localidades da Amazônia, fato que, na perspectiva que estabelecemos neste trabalho, além de fato histórico, deve-se à construção de um aprendizado de uso econômico do espaço agrário baseado na preservação.

A produção de castanha se realiza no período das chuvas, que na região se estende de janeiro a junho, quando os ouriços caem da copa da castanheira para o solo. Esses frutos de consistência lenhosa, pesando entre 500 e 1500g, se mantêm por um certo tempo preso à árvore. As famílias coletam os frutos caídos e, com a ajuda de uma machadinha, quebram os ouriços e retiram as amêndoas de seu interior.

As amêndoas são levadas no paneiro ou basqueta plástica, do paiol até a beira de um rio ou igarapé, para se fazer a lavagem do produto, depois transportados em paneiros até um local de armazenamento provisório na floresta (paióis), onde perdem o excesso de umidade, para serem embalados em sacos de polipropileno e, assim, transportados para venda. Esses paióis são construídos, estrategicamente, no interior da

colocação de castanha, e para sua construção o castanheiro utiliza-se de madeira roliça, cipós e palhas retirados da floresta.

A densidade das castanheiras nos castanhais da região é muito variável. Podemos encontrar castanhais com densidade abaixo de um espécime por hectare como outros com mais de 10 castanheiras por hectare. A densidade é estabelecida pela natureza. É um roedor, a cotia, que usa a castanha na sua alimentação, quem realiza a dispersão. O animal faz a abertura do ouriço da castanha com os dentes para retirar as amêndoas de seu interior, na finalidade de usá-la como alimentação.

Ela, também, enterra algumas amêndoas a uns poucos centímetros no solo, com isso algumas sofrem predação por outros animais e outras germinam e dão origem a uma nova planta. Se aliada a dispersão natural feita pela cotia, as famílias também plantassem castanheiras, poderia ser um fator positivo para a manutenção ou mesmo ampliação da estrutura populacional dos castanhais, muito embora essa recomendação fique, apenas, no campo especulativo (ZUIDEMA, 2000).

A frutificação da castanheira ocorre com mais de 12 meses após a floração. Isto implica dizer que floração e frutificação estão presentes ao mesmo tempo. No trabalho conduzido pela pesquisa no ano de 2005, verificou-se um número muito variável de ouriços (fruto da castanheira) produzido por planta. Para uma média de 120 frutos encontrou-se produção de 20 e outras de mais de 500 frutos por castanheira. O tamanho das amêndoas de castanha nos castanhais da região variam de médio a pequena, e para encher uma lata de 25 litros de volume com as pedives de castanha, necessitam de 53 ouriços.

A produção de uma castanheira varia de ano para ano, muitos fatores atuam produzindo

essa variação: a) o tamanho da árvore; b) a posição da copa da árvore; c) as infestações de cipós; d) a variação temporal inerente; e) os fatores climáticos; f) os fatores genéticos; g) as condições do solo; h) as interações com os polinizadores; i) as interações com aves predadoras de frutos verdes. O tamanho da castanheira, medido pelo diâmetro da árvore a altura do peito (DAP) e a área de projeção da copa no solo, a posição da copa e a presença de cipós, parecem ser os fatores mais influentes sobre a produção de frutos da castanheira (ZUIDEMA, 2000).

Estudos efetuados por esse autor indicam que mais de 98% das plantas produtivas de castanheira se apresentavam com DAP acima de 40cm, e essa produção era maior quanto maior a projeção da copa sobre o solo, muito embora as correlações estatísticas não associassem, diretamente, uma maior produção à performance decorrente, exclusivamente, a esses indicadores. Nesses mesmos estudos, a posição da copa no dossel, não teve maior influência, bem como a presença de cipós, salvo quando esses envolviam uma parte significativa da copa da árvore (ZUIDEMA, 2000).

5 A (TRANS)FORMAÇÃO SOCIOECOLÓGICA DOS SISTEMAS AGRÁRIOS EXTRATIVISTAS NO VALE DO RIO JARI

No vale do Jari na época da crise da borracha quatro categorias sociais se apresentavam: os índios (Waiãpís e Aparais); os ribeirinhos (mestiços originários do projeto colonizador das missões religiosas); os trabalhadores extrativistas (seringueiros, balateiros, que vieram do Nordeste do Brasil no final do século XIX); e os comerciantes de barranco (LINS, 1991).

Os indígenas exploravam o ecossistema das terras inundáveis (as várzeas altas), que na região são chamadas de restingas. Faziam, anualmente, o plantio de pequenos "roçados" coletivos e consorciados: banana grande, inajá, milho, cana-flexa⁸, pimenta e jerimum, utilizando instrumentos agrícolas feitos de pedra, como também usavam a pedra para atritar e produzir o fogo no preparo da área para implantação do roçado. Eles penetravam nas florestas densas de terra firme utilizando o curso dos rios. Os Aparais se deslocavam desde o rio Jari até o Maicurú, em Monte Alegre no Estado do Pará, quase sempre em procura de novos territórios de caça. Eram caçadores hábeis, sabiam reconhecer a presença e a que distância

se encontrava a caça, bem como dominavam técnicas eficientes de caçada (LINS, 1997).

Os ribeirinhos moravam isoladamente na beira de um grande rio. Eles herdaram muito das práticas indígenas na implantação de agroecossistemas nas várzeas altas. Diferiam destes no uso de equipamentos de ferro para o preparo da área, que lhes permitia fazer a derruba de árvores de maior porte. No verão (período que na região vai de julho a dezembro) o chefe da família e os filhos mais velhos deslocavam-se para as restingas onde faziam a coleta de látex da seringueira que transformavam em bolões defumados de borracha. Neste período, eles penetravam na terra firme para colocarem um roçado de mandioca para produção de farinha (LINS, 1991).

Eles escolhiam os melhores solos e a colocação do roçado se fazia sempre próximo a um rio ou igarapé, para possibilitar o escoamento da produção. No preparo da área empregavam as mesmas práticas usadas na várzea, porém as técnicas de cultivo na terra firme eram diferentes: o plantio da mandioca, do milho, da batata-doce,

do cará e da banana, acontecia nas primeiras chuvas (dezembro); e após a colheita se fazia um segundo e/ou um terceiro ciclo de cultivo. (LINS, 1991).

Os trabalhadores extrativistas vieram para a região se aventurarem na “xiringa”⁹, ou melhor, na esperança de ganharem dinheiro ou mesmo enriquecerem com a borracha. Eles trabalhavam aviados por um comerciante de barranco (quase sempre um gerente ou pessoa de confiança de um “barão”), trabalhavam em pequenos grupos nos seringais do patrão e, dependendo da necessidade, adentravam nas “terras livres” (na maioria das vezes ocupadas por índios). Nessas entradas no interior da floresta mantinham constantes relacionamentos com as comunidades indígenas, e foram aprendendo com elas as habilidades de caça, pesca e incorporando algumas de suas práticas agrícolas. Passavam todo o verão “cortando seringueiras”, para, então, esperar o inverno e as cheias dos rios, e

assim transportarem os bolões para comercializarem com os patrões. Após a venda, eles aproveitavam o tempo do inverno e ficavam com suas famílias, ou para viajar, aqueles que não tinham ou não trouxeram a família (LINS, 1997).

Os “patrões” moravam na sede de uma *filial* onde trabalhavam como gerentes dos proprietários dessas terras (a maioria de propriedade do Barão de Gurupá), ou mesmo como proprietários, uma condição adquirida durante um longo tempo trabalhando como gerente. Eles mantinham um comércio de produtos do extrativismo na barranca de um rio, que se materializava pelo aviamento dos trabalhadores extrativistas e dos ribeirinhos. Alguns deles aplicavam o lucro desse comércio em uma agricultura de monocultivo (cana-de-açúcar, em especial), e, principalmente na pecuária bovina extensiva nas áreas inundáveis (LINS, 1997).

5.1 A FASE DO EMPRESÁRIO EXTRATIVISTA

Com a crise da borracha, barcos e outras infra-estruturas pertencentes a vários comerciantes locais do vale do Jari, são compradas por um outro comerciante local José Júlio de Andrade, o Sr. “Zé Júlio”. Esse comerciante faz algumas alterações no sistema de aviamento original da borracha para ser utilizado no extrativismo da castanha. A estratégia é a de fazer o desenvolvimento econômico no local onde a produção acontece. O desenvolvimento se fazia pelo reinvestimento no local, de toda a lucratividade obtida com o extrativismo. Com essa estratégia assegurou o domínio sobre os produtos do extrativismo na região por mais de quatro décadas. Durante esse período, o vale do Jari, diferentemente de outras localidades da Amazônia, apresentava taxas positivas de crescimento demográfico e de crescimento econômico:

Arumanduba possuía armazéns cheios de secos e fazendas, fábricas de roupas, farmácia, depósitos abarrotados de produtos regionais, filas de casas de madeira bem construídas, cinema, água encanada, luz elétrica, pequeno hospital, telefone, estação de radiofonia, telégrafo, estaleiro, fábrica de beneficiamento de castanha [...] (LINS, 1997, p. 31).

Para Filocreão (1992), o crescimento econômico desta localidade proporcionado pela empresa extrativista, fazia parte de uma estratégia de enriquecimento do empresário, pois o produto desse crescimento não se traduzia em melhoramento nas condições de vida dos seus trabalhadores e comunidades locais.

Na época do empresário José Júlio de Andrade, por coerção, todas as forças produtivas se focavam no extrativismo da castanha, uma atividade que passa a representar a base da sobrevivência das famílias, e o seu mercantilismo responde pela acumulação de riquezas do

empresário extrativista (FILOCREÃO, 1992). A falta de mercado faz com que a produção agrícola assuma a forma de uma economia de autoconsumo. O comércio e a dinâmica da comunidade local acontece pelo extrativismo da castanha.

5.2 A FASE DA EMPRESA EXTRATIVISTA

No ano de 1948, Zé Júlio vende suas terras, benfeitorias, embarcações e fábrica de beneficiamento da castanha, para um grupo de cinco empresários portugueses. Neste período, a elevação do Amapá à condição de Território Federal e o projeto de extração de bauxita na Serra do Navio pela Indústria e Comércio da Mineração do Amapá (ICOMI), no início da década de 50, produziram um grande crescimento demográfico nas duas maiores cidades do Amapá: Macapá e Santana. Crescimento esse que amplia o consumo de produtos agrícolas e cria um mercado para a produção local.

Os “portugueses” como ficaram conhecidos pelas comunidades locais do vale do Jari, mantiveram o comércio e a estrutura do extrativismo da fase Zé Júlio, mas no seu empreendimento dedicaram maiores esforços no fomento à produção agrícola que, indiretamente, produziram mudanças nos sistemas de produção das comunidades locais da região. Havia áreas de cultivo agrícola da empresa e áreas de outros produtores. Eles recebiam orientação, insumos e tinham o direito à logística da empresa. Uma forma embrionária dos modernos sistemas de integração do agronegócio brasileiro.

Essa mudança de fato vinha se operando na fase anterior, onde os trabalhadores aviados de Zé Júlio já dedicavam um tempo para a agricultura¹⁰, a fim de diminuir os gastos com a manutenção da família. O que não era combatido, ao contrário, para algumas famílias de

trabalhadores aviados, inclusive, era estimulada pelo empresário.

Na chegada dos portugueses, as atividades agrícolas já eram praticadas pelas famílias, o que facilita a adoção das suas técnicas de produção agrícola pelas comunidades locais. A estratégia usada foi a de conviver diretamente com as comunidades locais. Um de seus dirigentes foi morar na localidade de Água Branca do Cajari, e nesta condição “fez passar” as inovações que interessavam a empresa (LINS, 1997).

Na época dos portugueses, o crescimento da população urbana no Pará e mesmo no Amapá, fez surgir um mercado à produção agrícola da região, e, mesmo que o extrativismo da castanha continuasse a comandar a vida das pessoas, os produtos agrícolas passaram a ter valor, e em vários casos, como a farinha de mandioca, com rentabilidade superior a da castanha.

Assim, os portugueses “liberam” seus trabalhadores extrativistas para se dedicarem à agricultura nos locais de terra firme com boas qualidades de solos para a agricultura e fracos em recursos do extrativismo, a exemplo de algumas localidades como Água Branca do Cajari. Em realidade esses trabalhadores tinham tradição na agricultura por suas origens de agricultores no Nordeste, e a estratégia real seria usá-los como produtor/multiplicador junto a uma população onde a agricultura já germinava. Uma forma de fazê-la prosperar. No relacionamento desses

novos atores com as populações locais, eles influenciam as mudanças nos sistemas, até então, eminentemente extrativistas dessas populações e, também, recebem influência.

Assim, esta fase foi caracterizada pelo aparecimento das atividades agrícolas aliadas

5.3 A FASE DA GRANDE EMPRESA AGROPECUÁRIA

A possibilidade que se apresentava para as comunidades locais do vale do Jari pela proximidade com o mercado de Macapá e Santana e os preços satisfatórios, que esse mercado oferecia aos produtos agrícolas locais, fez com que a maioria das famílias deixasse de vender suas produções aos portugueses. Além disso, várias famílias de agricultores e pecuaristas começam a se instalar em terras que os portugueses diziam lhes pertencer. Estas famílias não aceitavam organizar e comercializar sua produção com a empresa dos portugueses. Finalmente, na questão dos produtos do extrativismo, a entrada na região de compradores de castanha do grupo Mutran, oferecendo condições e preço mais atrativos, representou uma concorrência que os portugueses não souberam administrar.

Todos esses fatos levaram os portugueses a venderem seu empreendimento no ano de 1967 e o comprador foi o empresário norte-americano Daniel Ludwig, compra intermediada por Antunes, um empresário português, dirigente da ICOMI, convencendo-o que o vale do Jari era o local ideal de acomodar a intenção do empresário, de implantar um grande projeto de produção agrosilvipastoril no trópico úmido (LINS, 1997).

O objetivo do empresário americano ao se instalar no vale do Jari, não incluía ações para a manutenção das forças produtivas locais no extrativismo da castanha, como assim o fizeram

ao extrativismo. Podemos ressaltar que essa produção agrícola tinha na farinha de mandioca o seu principal produto, o que denota a estratégia agrícola para atender os interesses locais, pois a este produto era o principal componente da dieta alimentar das famílias (LINS, 1997).

José Júlio e os portugueses. Este empresário tinha por objetivo a produção agrícola e florestal em larga escala, para atender a demanda das grandes cidades brasileiras e mundiais, mercados com disposição a pagar um preço satisfatório pelos produtos a serem produzidos no empreendimento. Além disso, com a instalação do projeto de Ludwig, amplia-se o mercado consumidor local para produtos agrícolas, e o impacto nas comunidades locais foi que as agriculturas se tornaram, ainda, mais importantes, muito embora o extrativismo da castanha tenha permanecido.

Na época do verão a principal atividade econômica nas comunidades locais era a extração do látex da seringueira e a sua transformação em borracha. Entretanto, com a oferta de um grande número de empregos pelo Projeto Jari durante sua fase inicial, houve a troca dessa atividade, principalmente por parte dos homens jovens das comunidades locais, pelo trabalho assalariado no projeto. Esta troca eles entendiam como uma "temporada", pois retornavam para suas comunidades e famílias no momento da safra da castanha (no inverno). Atividade esta que não renunciavam, pois para eles era mais rentável quando comparada ao salário como trabalhadores da Jari (SOUSA, 1982).

O trabalho assalariado na Jari, além de garantir a subsistência desses trabalhadores, ajudava também na implantação de roçados,

pela contratação de mão-de-obra de vizinhos e parentes. Esses roçados ocupavam áreas maiores do que as normalmente eles faziam. A manutenção da propriedade da terra pela abertura da floresta foi uma decisão influenciada pelo projeto Jari (que derrubava a floresta para plantios florestais homogêneos e outros cultivos, inclusive pastagens), somadas ao desaparecimento dos compradores tradicionais de borracha e mesmo da castanha (SOUSA, 1982).

Portanto, a lógica de decisão para essas mudanças teve esses dois fundamentos, e cada vez mais as comunidades locais incrementaram suas produções agrícolas. Com a diminuição da oferta de empregos no projeto Jari e a falta de compradores para a produção de borracha e castanha, as famílias das localidades buscaram, cada vez mais, nas atividades agrícolas, a forma de garantir sua subsistência e ocupação de sua mão-de-obra disponível (SOUSA, 1982).

A redução de empregos no Projeto Jari também, impele o avanço das atividades agrícolas no vale, por outros atores, diferentes dos pertencentes às comunidades locais. Os trabalhadores dispensados, na sua maioria, eram agricultores em seus locais de origem, e, sem o trabalho, se voltam para áreas no entorno do projeto, assumindo suas condições originais. Além desses, outros atores, principalmente comerciantes e profissionais liberais, que se instalaram na região pela influência do projeto Jari, começam a aplicar seus rendimentos na compra de terras (algumas posses) para implementarem atividades ligadas à pecuária bovina (SOUSA, 1982).

A construção da BR 156, pelo Governo Estadual do Amapá e com recursos do Governo Federal, no ano de 1986, uma estrada de chão, ligando a região do Cajari à cidade de Macapá, bem como a disponibilidade de linhas de

financiamento oficial para processos de produção agropecuários tradicionais¹¹, tornou concreta a consolidação da agricultura pelas comunidades locais da região.

A implantação do projeto Jari marca no sul do Amapá, a forma de intervenção do Estado como modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Foi neste grande projeto que as famílias buscaram ocupação aos seus membros ativos na época do verão, uma necessidade que se apresentava, pois as produções extrativas de borracha, que as ocupavam no verão, não conseguiam mais ser remunerativa pela falta de preço deste produto.

Com a consolidação do projeto Jari acontece a demissão de trabalhadores que, para garantirem sua sobrevivência, passaram a ocupar as "terras livres" do sul do Amapá, o que produz uma rápida mudança no ecossistema natural da região. O acesso ao mercado consumidor de Macapá por rodovia amplia as vantagens dos produtos agrícolas sobre o extrativismo da castanha, e levam as comunidades locais do sul do Amapá ao aperfeiçoamento da produção agrícola, que cada vez mais se faz necessária, cuja finalidade, inicialmente, era voltada ao consumo direto da família, mas que com o tempo, e para algumas delas, veio a tornar-se a atividade econômica de maior importância.

A resposta dos castanheiros do sul Amapá a essas ameaças foi a formação de alianças com Organizações Não Governamentais (ONG's) ambientalistas, nacionais e internacionais, que resultou na criação da RESEX/CA em 1990. Todavia, a luta que eles empreenderam era por uma reforma agrária para os castanheiros da região, e não pela preservação *stritu sensu* das castanheiras. Uma reforma agrária que respeitasse os recursos naturais considerados importantes, mas não um retorno ao modo de vida estritamente extrativista.

Assim, mesmo reconhecendo que foi a partir dessa necessidade imediata, consegue-se a adesão dos castanheiros, a médio/longo prazo, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) no Amapá, pensa desenvolver o capital social necessário para incutir entre os castanheiros, a questão da necessária conservação da

biodiversidade local. E, comprovar que: a conservação desse recurso natural (a castanha), mediante sua exploração sustentada, é economicamente superior a sua substituição por qualquer tipo de agricultura ou pecuária. (Depoimento de Pedro Ramos, líder extrativista local, no ano de 2005).

6 OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO PRATICADOS NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI NO ESTADO DO AMAPÁ (RESEX/CA)

As comunidades locais da RESEX/CA possuem uma relação histórica marcada pelo extrativismo da castanha. Nos diferentes processos de ocupação desta área, desde 1890, sob a propriedade do Sr. José Júlio, passando pelo domínio dos portugueses e do projeto Jari, até a fase atual de reserva extrativista, a extração da castanha sempre foi a atividade geradora de renda monetária para as famílias desta região. Outros produtos do extrativismo possuem importância, mas são explorados para o consumo da família, como é o caso da caça, do açaí, da bacaba, do uxí, do piqui e de alguns óleos farmacológicos como a andiroba e a copaíba, muito embora, com exceção da caça, esses produtos, também, são extraídos para venda. Portanto, mesmo que esses produtos não se constituam em estratégia de troca ou venda para o mercado, nem por isso deixam de ser menos importantes que a castanha. Eles desempenham

funções diferenciadas e cruciais para a manutenção da família.

As famílias desenvolvem atividades agrícolas plantando roças anuais para consumo e venda, com destaque para a mandioca. Outras culturas são cultivadas, com maior ou menor frequência, como a banana, batata, cará e o jerimum. No domínio das criações, vamos encontrar galinhas caipiras, patos, poucos suínos e ausência completa de bovinos. No domínio do extrativismo, a castanha é o carro chefe.

Baseando-se nestas atividades, nas práticas e nos projetos familiares, identificamos quatro tipos de sistemas de produção nas comunidades locais da RESEX/CA. Estes possuem em comum a extração de castanha e outros produtos do extrativismo, aliada com atividades agrícolas e estão divididos em quatro tipos.

6.1 O TIPO EXTRATIVISTA

O extrativismo da castanha é a atividade que caracteriza as famílias classificadas nesse tipo, a renda produtiva torna-se única e exclusivamente oriunda da produção dos castanhais nativos. Todos os anos realizam a extração da castanha e comercializam a produção com os compradores locais ou diretamente com

aqueles localizados no Laranjal (que por sua vez trabalham para um usineiro de castanha, principalmente do grupo Mutram). Toda a produção é destinada ao mesmo comprador, depois de anos. Esta relação com o grupo Mutram se estabeleceu na década de 1960 e perdura até os dias atuais.

As famílias agrupadas neste pólo possuem uma colocação com área em média de 214 hectares, para uma produção média anual de 190 hectolitros de castanha. Nele estão agrupadas as dos moradores mais antigos da região, a maioria natural do Estado do Amapá. Sempre viveram na região e sempre executaram atividades extrativistas. São descendentes de famílias remanescentes da época da empresa extrativista, portanto, com tradição extrativista, pois seus ascendentes eram trabalhadores aviados de Zé Júlio, antigo proprietário da área da reserva extrativista.

Nas famílias deste grupo o chefe possui em média 48 anos de idade, portanto, ainda são trabalhadores ativos. Há pouca presença de crianças em idade escolar e/ou freqüentando a escola e já inicia o processo de sucessão, com os filhos criando suas próprias famílias. Outra característica é o fato de alguns membros jovens trabalharem fora da propriedade, quase sempre executando atividades não agrícolas. Contudo, na safra da castanha eles voltam para se juntarem ao trabalho, retornando aos seus empregos logo que a safra se encerra.

As famílias em média são compostas de cinco pessoas, sendo que três delas participam das atividades de produção de castanha. A partir dessa disponibilidade de mão-de-obra é que acontece o planejamento das atividades. Para a maioria, o número de Unidades de Trabalho (UTF's) disponível no seio da família é suficiente para a realização de todas as atividades envolvidas na produção de castanha, mesmo que estas aconteçam de forma concentrada.

A busca de mão-de-obra fora do grupo familiar é uma prática restrita a um pequeno número de famílias deste tipo. Poucas necessitam buscá-las para complementar a que tem disponível. Problemas de doenças ou outros fatos graves, que obriguem o afastamento

temporário de um ou outro membro atuam, também, nesse sentido. As relações de compadrio e outras simétricas são utilizadas para obtenção dessa mão-de-obra complementar ou extraordinária.

É muito comum em uma família, quando conclui a extração de sua ponta de castanha¹², um ou mais membros dela ir trabalhar com uma outra que, ainda, não concluiu tal tarefa. Essa ida é feita através de acordos verbais e a relação de trabalho é como meeiros. O valor da meia é definido de acordo com o preço da castanha no mercado, embora seja pago em produto e não em espécie. Se tiver alto, a percentagem é menor, 30% da produção da colheita, se tiver baixo, pode chegar a 50% da colheita.

Para as famílias desse grupo, o potencial de produção da ponta de castanha é que comanda a sucessão. É direcionada para um ou mais membros da família, mas não a todos, de acordo com as possibilidades de repartição da área de castanha, e a divisão é feita de modo a compatibilizar a produção das áreas dos castanhais com a manutenção da família, evitando que seja inferior a 70 barricas/ano, pois inviabilizaria esta manutenção. Quando a ponta de castanha não pode ser mais fracionada, fica com o herdeiro, aquele que tem mais afinidade com a atividade do extrativismo.

O processo sucessório acontece de três formas: na primeira não se faz a divisão da colocação e na sucessão, o comando e a coordenação da produção da castanha ficam com um filho (a), que naturalmente se coloca nesta posição. É ele (a) que fica com a lucratividade da colocação e divide ou não esse produto entre os demais membros da família. Ele (a) tem, também, a responsabilidade de complementar a manutenção dos pais até o falecimento. Nesta tarefa, é ajudado pela aposentadoria que os pais recebem.

A segunda forma se faz pela divisão da colocação entre os filhos e filhas, quase sempre devido a casamentos ou uniões estáveis. Neste caso, é comum ficar com os pais a parte da colocação com a ponta de castanha mais produtiva. Na época da safra, um ou mais desses filhos vêm e ajudam o pai na extração da castanha. O produto desse trabalho pode ficar com o pai, que ao seu critério distribui entre eles, ou pode ficar com os filhos, que dão uma parte ao pai. Com o falecimento do pai essa parte da colocação é dividida entre os filhos que o ajudavam.

Para as famílias agrupadas nesse tipo as atividades de agricultura e de criação são complementares e voltadas inteiramente ao consumo familiar. Os cultivos se constituem basicamente pelos roçados que ocupavam uma área média de duas tarefas¹³ no ano de 2005. Eles são colocados em áreas de capoeiras antigas (com mais de 20 anos). Algumas famílias deste grupo possuem, além da área da colocação de castanha, uma outra que não possui esse recurso, e que eles chamam de área para agriculturas.

As atividades agrícolas priorizadas são o plantio da roça e a produção de farinha. Poucas delas buscam mão-de-obra fora do grupo familiar para o plantio da área do roçado. Somente em caso de doença ou outro fato grave leva uma família a adotar tal procedimento. As relações de compadrio e outras simétricas são, também, utilizadas para obtenção dessa mão-de-obra complementar ou extraordinária. A diferença é que a relação estabelecida é o compromisso de retribuir o dia trabalhado, quando este precisar.

A produção da farinha é feita uma vez por mês e a quantidade produzida em uma farinha¹⁴ deve atender as necessidades de consumo familiar durante, pelo menos, um mês.

Nas atividades de produção, principalmente no período de junho a dezembro, quando além da farinha para consumo, também, fabricam para troca ou venda, é comum um número maior de famílias do tipo extrativista recorrerem às relações já descritas, para obterem a mão-de-obra necessária. Neste sentido, a farinha advém do trabalho na meia com famílias com tradição e recursos para a produção. Esta meia, diferentemente da castanha, é sempre fixada em 50% da produção. O meeiro se responsabiliza por todas as etapas no processamento, incluindo a colheita.

Os roçados ocupam sempre áreas de capoeiras, entretanto na falta destas é que fazem uso de uma área de floresta, contudo, afastados suficientemente das castanheiras. O espaço dos roçados é utilizado em um, dois ou no máximo três ciclos consecutivos de cultivos combinados de mandioca, macaxeira, cará e batata doce, para então se deixar à área em um longo pousio, nunca inferior a 20 anos. O destino da produção do roçado é o consumo familiar, muito embora um excedente, quando existe, é trocado por outro produto ou por uma diária de trabalho, principalmente para o preparo da área do roçado ou de uma capina.

É comum, quando da implantação da primeira roça e após a sua colheita, se reservar um pequeno espaço, quase sempre localizado no entorno da casa de moradia ou da casa de farinha, e se começar a implantação do sítio. Neste espaço, plantam-se várias espécies perenes, principalmente fruteiras, sem que haja preocupação quanto ao material de plantio ou de uma rigidez de espaçamento. Também, faz-se a criação de pequenos animais domésticos, principalmente de galinhas. O destino da produção do sítio é o consumo familiar, em especial das crianças.

O projeto de vida das famílias desse grupo é voltado para a permanência na área e continuidade da atividade do extrativismo. Não há interesse em expandir as atividades para agricultura. Eles são realmente extrativistas, considerando que o produto desta atividade se restringe à castanha.

Neste grupo, também, se verifica a presença de famílias cuja característica predominante é a de adultos com mais de 60 anos no comando da unidade. Neste caso, elas se constituem em média de três pessoas, sendo que deste total, apenas uma participa do

processo produtivo, ou seja, uma relação de três consumidores para um produtor. Os chefes de família em média possuem 58 anos, portanto, não são mais trabalhadores ativos. Essas não têm herdeiros identificados. A presença de uma ou mais aposentadorias é determinante para a viabilidade destas famílias, pois não dispõem do mesmo potencial de produção de castanha, e nem do auxílio de força de trabalho dos filhos. No caso, não há interesse em expandir as atividades para agricultura. Eles estão concluindo um ciclo de vida e vivem a partir de benefícios sociais que lhes foram garantidos por direito.

6.2 TIPO COMPRADOR DE CASTANHA

Neste grupo, encontramos famílias que receberam uma parte da colocação de castanha do pai como herança. No entanto, para atingirem seus projetos de vida e garantirem a satisfação das necessidades da família, eles aumentam a rentabilidade do sistema comprando e revendendo a produção de castanha de seus vizinhos. Esta estratégia permite investir em áreas maiores de cultivos anuais, na formação de pastagens e na pecuária bovina.

O tipo comprador de castanha agrega o menor número das famílias das comunidades locais. Os chefes nunca saíram da região e sempre trabalharam com o extrativismo da castanha. Não têm casa na cidade, moram na comunidade onde possuem a melhor infraestrutura de moradia. As estratégias que traçam envolve a compra e revenda da castanha. Eles são os intermediários locais da comunidade. Nas várias transações de venda, eles comunicam a comunidade com os compradores do Laranjal do Jari.

Em média o chefe possui 38 anos de idade, portanto, na plenitude de sua capacidade produtiva. Os filhos, em número médio de quatro, são todos menores e não participam do processo produtivo da unidade. Outra característica das famílias desse grupo é que cultivam as maiores roças da comunidade. Na implantação, utilizam a contratação de serviços de um operador de motosserra. Essas áreas de roças precedem a implantação das pastagens e são colocadas em uma área de floresta sem a ocorrência de castanha, área adquirida de outros moradores, que venderam as suas benfeitorias e foram tentar a vida em outra localidade. As pastagens ocupavam uma área média de 30 tarefas no ano de 2005, que implica no somatório de duas áreas de roçados anteriores.

O itinerário técnico nos cultivos anuais se conclui com a implantação de pastagens, pois uma pecuária bovina faz parte do projeto de acumulação de capital e onde investem todo o lucro obtido com a compra e venda da castanha. Portanto, a compra da castanha é uma fase de transição para a pecuária.

Os contatos e acertos para compra da castanha são feitos pelo chefe da família. É ele também que vai buscar essa produção nos locais combinados. Para tanto utiliza um ou dois

ajudantes, que são contratados com base no valor de uma diária paga em espécie. Na colocação do roçado, também, usa os diaristas, já na produção de farinha, a estratégia é recorrer aos meeiros.

6.3 TIPO AGROEXTRATIVISTA

Para as famílias agrupadas nesse tipo a área média da colocação é de 159 hectares, com uma média de produção de 77 barricas de castanha. Esta média, inferior a do tipo extrativista, deve-se ao fato de que nas propriedades deste tipo, não há dispersão de castanheiras em reboleiras, mas sim distribuídas em faixas, o que acarreta uma produção de área menor por unidade. Desta maneira, a propriedade de uma ou mais áreas agrícolas, entenda-se, que não possuem castanheiras, é característica de muitas das famílias desse tipo.

As famílias classificadas neste tipo têm sua origem nos trabalhadores da empresa dos portugueses nos anos de 1960, a qual se interessava basicamente pela produção da castanha, mas, sobretudo pela produção de farinha de mandioca. Ela também comprava as produções de frutas (laranja, cupuaçu, cacau) dos trabalhadores. Como empregados da empresa, eles tinham o direito de fazer roças e extraírem castanha. Toda a produção era "vendida", mas sempre no esquema de aviamento.

A maioria das famílias deste tipo é de amapaenses, ou da própria região do Jari, porém com experiências tanto agrícolas como extrativistas. Algumas vieram do Nordeste, possuindo experiências agrícolas, mas não extrativistas, no que diz respeito à exploração da castanha.

Na composição familiar é bem maior o número de crianças em idade escolar e/ou freqüentando a escola, se comparado ao tipo

anterior, e mais raro a presença de membros jovens trabalhando fora da propriedade, inclusive se verificando o inverso, aqueles que saíram e depois retornaram em definitivo para a propriedade. A predominância é de chefes de famílias, ainda jovens, com idade entre 45 e 50 anos.

Neste grupo, também, inserem-se os funcionários públicos. Eles possuem residência na comunidade e na sede do Município de Laranjal, onde mantêm toda a família. Sua característica principal é a de terem um salário fixo. A fim de aumentar o nível da renda familiar, este tipo adota a estratégia de investir na agricultura e no extrativismo da castanha. Para tanto, parte do salário auferido pela condição de funcionário público é utilizada na contratação de força de trabalho para realizar as atividades agrícolas e extrativistas da propriedade, e parte para manter a família na cidade.

Para as famílias incluídas neste tipo, os sistemas de produção se pautam no extrativismo e na agricultura, com igual importância, pois a maioria delas, além da colocação de castanha, possuem, também, uma área agrícola. No extrativismo se destaca a castanha. Essa atividade é praticada por todas as famílias componentes deste tipo.

As roças anuais ocupam uma área de quatro tarefas, que mediadas pelo ciclo da mandioca (24 meses), implica dizer que os roçados ocupam um total de oito tarefas: quatro do ano e quatro do ano anterior. A finalidade da

produção agrícola é a venda dos produtos nas feiras de produtores de Macapá e Santana. Nessas, além dos produtos do roçado, eles vendem os produtos obtidos nos sítios: frutas e pequenos animais. Os roçados são colocados em espaços quase sempre comunais, porém para algumas famílias esse espaço é privado.

A implantação dos cultivos inicia-se com a divisão da área dos roçados em três partes: na primeira plantam o milho solteiro; na outra a mandioca; e na outra banana + abacaxi + outras fruteiras perenes + abóbora + cará + batata doce. No final do mês de maio e início de junho eles quebram o milho e plantam nessa mesma área o feijão caupi e mais mandioca, nesse ponto o sistema fica com duas partes de mandioca. Também, nos meses de maio/junho eles colhem a abóbora, e em março do ano seguinte começam a colher a batata doce e o cará, que pode se estender até agosto. De sorte que, no final do ciclo se tem as duas partes com mandioca e que vão se constituir do pousio (e neste se inserem a banana/abacaxi), e a terceira com fruteiras perenes que vão formar um sistema agroflorestal (SAF)¹⁵ e as espécies presentes no espaço são de fruteiras, principalmente de cítricos, cupuaçu, pupunha e abacate. Elas são plantadas a partir de mudas do tipo pé franco. A ampliação da área do SAF se faz, anualmente, pelo plantio de novas mudas mediadas pela preferência do morador.

O período de pousio das áreas com cultivos anuais é de cinco anos e, após este tempo, iniciam um novo ciclo. Face ao período relativamente curto do pousio, a produtividade do sistema agrícola obtido pelas famílias agrupadas nesse tipo vai depender das qualidades do solo, principalmente de sua fertilidade natural. Os fertilizantes que poderiam ajudar nesse processo, tanto àqueles possíveis de serem produzidos nas propriedades, como os compostos orgânicos, por exemplo; quanto os adubos químicos, que

necessariamente vêm de fora, nenhum deles são utilizados.

Contrariamente aos extrativistas, que possuem uma única fonte de renda, este grupo apresenta renda tanto do extrativismo quanto da produção agrícola. Outra característica diz respeito à comercialização da produção da castanha: vendem para quem ofertar o melhor preço. Já para os produtos agrícolas, a comercialização é feita nas feiras de produtores de Macapá, uma vez por mês.

Essas famílias em média se compõem de seis pessoas, sendo que três participam do processo produtivo, ou seja, uma relação de seis consumidores para três produtores. Os chefes em média possuem 54 anos, portanto, já não são mais trabalhadores tão ativos. Os filhos maiores poderiam ter mais representatividade, porém eles não participam em regime integral no processo produtivo da unidade familiar, porque alguns estudam.

As atividades agrícolas priorizadas e nas quais se envolvem todos os membros aptos da família, são as relacionadas às capinas, colheita e beneficiamento da mandioca. Logo, uma diferença em relação a do tipo extrativista, é de priorizarem as capinas. No cultivo agrícola sob capoeiras de seis anos, existe uma economia de mão-de-obra no preparo de área, em contrapartida o cultivo nesse tipo de capoeira exige uma intensidade maior quando relacionada a capinas.

Poucas famílias do tipo agroextrativista usam apenas a mão-de-obra do grupo familiar para realização dessas atividades. A maioria delas utiliza empreiteiros para preparo da área do roçado e de capinas. O valor da empreita é acertado entre as partes e sempre paga em espécie. Já na produção de farinha a estratégia,

também, é usar meiros. A venda da produção é feita pelo chefe e, no caso em que ele esteja acometido de um problema de doença ou outro fato grave, a mulher ou um filho maior é quem fica com essa responsabilidade.

A produção da farinha é feita uma vez por mês. A quantidade produzida quase sempre é superior a uma farinhada, pois além de atender as necessidades de consumo familiar, uma parte maior é reservada para venda. No período de junho a dezembro a quantidade de produção mensal aumenta, e, dependendo do preço no mercado, além de meiros eles, também, fazem uso de diaristas para produção dessa farinha. O projeto familiar para o tipo agroextrativista é

voltado para o plantio de cultivos agrícolas perenes, especificamente de fruteiras, e de uma pecuária bovina.

No caso daquelas que possuem um ou mais salários como funcionários públicos, o projeto familiar é a manutenção do extrativismo da castanha associado ao plantio de fruteiras. O importante para eles é manterem o vínculo com a terra. Neste sentido, não há um projeto claro em relação às fruteiras que querem investir. Aqui, eles irão plantar de acordo com o que gostam ou acham bonito, inclusive, plantam castanha. Ou seja, não há uma estratégia comercial por trás das escolhas das fruteiras.

6.4 TIPO PROCESSADOR

As famílias agrupadas nesse tipo são os moradores mais recentes da RESEX/CA, muito embora possuam origem na localidade ou na região. São representadas por aquelas que em sua maioria tinham laços de parentesco, de compadrio ou outros afins, com moradores mais antigos, e por esse fato foram aceitas como membros da comunidade local.

Os chefes têm em média 42 anos, portanto, são trabalhadores ativos. Para este tipo em especial, o trabalho da mulher é muito valorizado, pois as famílias em média se compõem de cinco pessoas, sendo que deste total, apenas, dois participam do processo produtivo. Elas apresentam o menor número de UTF's disponível na unidade, entre todos os demais tipos, esse valor médio é de 1,94 UTF's. Para essas, os filhos são na maioria menores de 11 anos e não participam do processo produtivo da unidade, pois eles somente estudam e a família recebe uma bolsa do governo para manterem essas crianças nas escolas, mas que, também, colabora nas despesas da casa.

Para esse tipo, a maior necessidade de força de trabalho é no período de junho a dezembro, devido, principalmente, às atividades de beneficiamento da mandioca para produção de farinha.

Como não dispõem de mão-de-obra suficiente e necessitam produzir farinha, pois essa atividade é a única que se apresenta para eles garantirem sua sobrevivência, várias estratégias são adotadas, sendo a mais importante o empenho de serviços de operador de motosserra a vizinhos e comerciantes do Laranjal do Jari, tirada de pranchas de madeira ou barrotes para cercas. Quando o serviço é empenhado com os comerciantes eles recebem em troca, uma chapa de ferro para o forno de torrar farinha, ou um motor a gasolina para trituração da mandioca, que amplia, consideravelmente, a produtividade do trabalho, ou mesmo uma motosserra, que eles pagam com serviços de derruba e corte de peças brutas de madeira. Quando o serviço é para vizinhos, o pagamento ocorre quase sempre em mão-de-obra para fabricação de farinha.

Para algumas famílias agrupadas nesse tipo, as rendas advindas deste trabalho são destinadas a investimentos na melhoria de moradia e contratação de mão-de-obra para os roçados. Outra característica importante, neste tipo, é a contratação para fazer o roçado ao mesmo tempo em que vende mão-de-obra para trabalho com motosserra. Como esta é superior à diária do trabalho manual, este valor superior é utilizado para contratar a força de trabalho para os roçados. O trabalho com a motosserra é considerado como especializado.

Para essas famílias o itinerário técnico se faz sobremaneira a partir dos cultivos agrícolas, que se complementa com o extrativismo e venda da castanha. Neste processo reprodutivo a castanha perde sua destacada importância pelo fato de que em suas propriedades não há a presença de castanheiras. Quando há, a distribuição é, ainda, mais rarefeita, não compensando a sua exploração. Além disso, as localizações são mais afastadas das estradas e, portanto, com maior dificuldade de acesso. Assim, o extrativismo da castanha é praticado na relação de meia, ou seja, eles exploram áreas alheias e são pagos com um percentual, podendo chegar a metade ou menos, da produção extraída.

Os cultivos agrícolas anuais têm a mesma finalidade, forma e constituição do tipo agroextrativista: direcionado para venda nas feiras de produtores de Macapá. Contudo, no processo de comercialização desses produtos, eles usam os intermediários, pequenos comerciantes do entorno, face ao volume bem maior de produtos que comercializam. Em uma feira mensal eles vendem em média 20 sacos de 50kg de farinha e o mesmo equivalente em cacho de bananas, além de outras hortaliças como o jerimum e produtos como milho e caupi.

Os roçados anuais das famílias desse subgrupo se diferenciam dos agroextrativistas por

ocuparem uma área em média 50% maior, e no preparo da área utilizarem a motosserra. A configuração e o itinerário técnico dos cultivos é a mesma do tipo agroextrativista. Porém, o plantio dos espécimes perenes é menos diversificado. Faz-se sobremaneira com a banana, a acerola, o abacate e a graviola. Outra diferença é que o plantio dessas fruteiras obedece a um certo espaçamento, e a área plantada, anualmente, segue um planejamento, mediado pela demanda e preços dos frutos no mercado das feiras de produtores de Macapá. O projeto familiar para eles é voltado à expansão da agricultura, especificamente para o plantio de fruteiras (cupuaçu, acerola, mamão, abacate e graviola), de alta aceitação no mercado, por pensarem que há maior lucratividade que a farinha de mandioca.

Neste grupo, também, se agrupam as famílias que vivem e trabalham no que a comunidade denomina de "área do patrimônio"¹⁶. Fazem o extrativismo da castanha no sistema de meia. Também, trabalham como meeiros em roçados e no fabrico da farinha. Possuem uma família grande onde predomina a presença de filhos pequenos e em idade escolar, e este fato faz com que recebam uma bolsa cidadã do governo estadual, que em parte supre as suas necessidades imediatas.

O projeto de vida dessas famílias é assegurar o crescimento de seus filhos e proporcionar outra forma de trabalho para eles. As condições de trabalho são duras, não há perspectiva de adquirirem uma colocação e elas querem assegurar outro tipo de futuro para seus filhos. Participam de projetos comunitários, com recursos da Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e do Governo do Estado do Amapá (GEA), para plantio de hortaliças e criação de galinhas, mas não vêem nestas atividades futuro para seus descendentes.

A interpretação dada à realidade dos sistemas de produção praticados, a partir da pesquisa empírica realizada, permitiu identificar as estratégias de reprodução social das famílias, quanto uma das categorias de agricultores familiares da Amazônia, que, à semelhança de todas as formas de agriculturas familiares,

realizam a exploração dos espaços da RESEX/CA objetivando conseguir os melhores níveis possíveis de remuneração do trabalho. Eles escolhem, priorizam e organizam as atividades produtivas buscando, por um lado, os melhores retornos econômicos, e por outro o menor esforço possível para sua obtenção.

7 CONCLUSÕES

O conhecimento das dinâmicas agrárias que formataram os atuais sistemas de produção com castanha-do-brasil praticados na RESEX/CA, mostram-se importantes, tanto para a formulação de programas e projetos de Pesquisa-Desenvolvimento, como para a criação de políticas públicas locais voltadas a melhoria da qualidade de vida das famílias pela conservação da biodiversidade natural.

Contudo, ao se propor modificações nestes atuais sistemas, tendo por objetivo a intensificação e diversificação no uso dos recursos naturais dessa localidade, como se propõem órgãos de pesquisa como a Embrapa-Amapá, precisa-se considerar a complexidade das unidades produtivas da RESEX/CA, deve-se partir do reconhecimento que existe um entendimento próprio e diferenciado desse propósito, entre as diversas unidades de produção.

O desconhecimento das causas e efeitos desse relacionamento das famílias com os recursos naturais presentes na atual RESEX/CA mostrou-se problemático quando se pretendeu fazer passar algumas inovações tecnológicas nos sistemas de produção praticados por elas. As parcelas de validação implantadas pela Embrapa-Amapá, no ano de 2001, que se voltavam à validação de técnicas de maior adensamento dos açazais nativos e de plantio de espécimes introduzidas, mesmo experimentando essas inovações, as famílias apontaram algumas

restrições para a sua adoção: "No começo a produção diminui, depois melhora, [...], mas, além de ser mais custosa, eu reparei que algumas touceiras secavam no verão, não sei, antes isto não acontecia" (Depoimento de seu Sabá, 2005).

Para o caso do extrativismo da castanha, além de histórica, a manutenção se faz a partir da atribuição de um valor econômico e, também, simbólico desse recurso natural, que é mediado pela garantia do atendimento das necessidades das famílias da RESEX/CA. Nessa mediação, as atividades extrativistas estão, intimamente, ligadas às agrícolas. E esta relação é interpretada de modo diferente, dependendo do tipo de estabelecimento familiar. A manutenção ou mesmo o crescimento das atividades agrícolas não se deve a superioridade econômica ou mesmo as melhores condições de mercado que se apresentam favoráveis a esses produtos e desfavorável à castanha. As atividades agrícolas se mostram indispensáveis à ocupação e na geração de renda para a família, no período da "entressafra" da castanha. A falta de um outro produto do extrativismo, como acontecia com a borracha da seringueira, que se mostre capaz de garantir ocupação e renda para elas, durante o período da "entressafra" da castanha, determina esse processo.

Para a agricultura e, principalmente, a pecuária não avançar nos espaços da RESEX/CA, comprometendo a conservação da biodiversidade

local, pensamos que essas atividades devam ser intensificadas e restritas às áreas já alteradas. Para tanto, faz-se necessário a validação participativa da substituição dos pousios curtos, utilizado pelas famílias da RESEX/CA, face à proibição de derruba de áreas florestadas, como prática de manejo da fertilidade natural dos solos, principalmente, pelos tipos agroextrativistas e processadores. Os pousios em vez de terem seus tempos encurtados, deveriam dar lugar a consórcios de cultivos perenes, ou sistemas agroflorestais (SAF's). Uma opção que já se constitui em realidade de expressiva parcela de agricultores familiares paraenses (COSTA, 1992).

Finalizando, o trabalho abre pistas para a necessidade da realização de um programa de Pesquisa-Desenvolvimento na RESEX/CA, voltado

à adoção de inovações ao extrativismo, não apenas da castanha, mas, também, de outros recursos presentes nessa reserva extrativista, e que tenham suas potencialidades identificadas.

A idéia, quando da concepção deste programa de pesquisa para a identificação de novos produtos obtidos do extrativismo na RESEX/CA, é priorizar aqueles que complementem o período de entressafra da castanha (junho a dezembro), e que esses produtos garantam uma rentabilidade do trabalho superior a atual produtividade da extração da castanha. Esses novos produtos, bem como a castanha, deverão ter possibilidades industriais, em produtos com mercado capaz de se distribuir, pelo menos, a manutenção de duas gerações de famílias.

NOTAS

1 Especiarias de interesse ao mercado europeu como a salsaparilha e o cravo amazônico.

2 Para maiores detalhes dessas técnicas de cultivo sugerimos a leitura de Romeiro (1998).

3 Os primeiros colonos europeus que chegaram a Amazônia, vieram para residirem nos projetos evangelizadores dos padres franciscanos e capuchinhos (CEHILA, 1992).

4 A queima posterior em fogueiras, de troncos e galhos que sobraram da queimada.

5 Termo utilizado pelos portugueses para designar os aglomerados urbanos formados nos primórdios da colonização do Brasil.

6 Grupos organizados de seringueiros que se reuniam e impediam a derrubada da floresta.

7 Em geral, o movimento ambientalista internacional continua não se envolvendo com questões sociais, embora suas representações no Brasil tenham se identificado com o movimento dos seringueiros, dos indígenas e de agricultores familiares, tendo uma agenda claramente socioambiental. É o caso, por exemplo, dos programas do Brasil de organizações como Amigos da Terra, Greenpeace e WWF.

8 Um espécime semelhante à cana-de-açúcar, porém com o colmo muito resistente e, por este fato, atributo usado pelos indígenas na confecção de arcos. Não encontramos o nome científico desse espécime na literatura especializada que consultamos.

9 Era um termo usado pelo migrante nordestino para qualificar a aventura de passar um tempo nos seringais nativos, na esperança de ganhar algum dinheiro ou mesmo ficar rico. Interessante que plantar "xiringa" era o mesmo termo empregado pelos colonos nordestinos do Médio Amazonas no ano de 1982, envolvidos com o plantio de seringueiras com recursos do PROBOR.

- 10 Não devemos esquecer que esses trabalhadores eram agricultores na sua região de origem.
- 11 Entendido como todos aqueles que necessariamente implicam na eliminação das florestas. Neste se incluem o financiamento para roças e cultivos perenes para agricultores familiares, a formação de pastagens artificiais, infra-estrutura e gado para médios pecuaristas, bem como manejo florestal e transformação de diesel para gás vegetal, da usina de geração de energia do projeto Jari.
- 12 Ponta de castanha é uma denominação local a forma de dispersão das castanheiras no interior da colocação.
- 13 Uma tarefa é a uma medida de área usada na Região que representa 25 braças em quadra, o que equivale a 3.025 metros quadrados.
- 14 Farinhada qualifica o processo de produção de três alqueires de farinha de mandioca. Um alqueire equivale a 50 quilogramas.
- 15 Para fins deste trabalho, uma área de SAF se obtém pelo prolongamento do quintal. Pois quando no quintal típico, a quantidade de espécimes perenes é contada em unidades, no SAF o número é determinado em dezenas ou mesmo em tarefas.
- 16 Apesar de toda a área da reserva ser uma área de propriedade federal, cada família tem um espaço chamado colocação, que elas consideram como suas propriedades. Estas colocações são ou foram determinadas de acordo com as posses ou explorações que essas famílias faziam no local, antes da criação da reserva. Normalmente famílias mais antigas têm colocações maiores ou mais de uma colocação. No tipo em questão, eles não têm colocação, residem na RESEX e têm direito de cultivarem uma determinada área, a qual a comunidade chama de área do patrimônio. A localização bem como o tamanho dessa área varia de uma comunidade local para outra, e seu estabelecimento se faz por acordo entre os moradores, uma decisão que é influenciada tanto pela associação que detêm o poder de gestora da RESEX/CA, como pelo IBAMA.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. 881 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

ÂNGELO-MENEZES, M. de N. **História social dos sistemas agrários do vale do Tocantins – Pará/Brasil (1669-1800)**: rupturas e estabilidades. Paris: Memoire EHESS, 1994. 102 p.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos seres vivos. Tradução N. R. Einchemberg. São Paulo: Cultrix, 2004. 256 p.

COSTA, F. de A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: SEPEG/NAEA/UFGPA, 1992. 81 p.

FEARNSIDE, P. Extrative reserves in Brazilian Amazônia. In: ANDERSON, A. (Ed.). **Alternatives to deforestation**: steps toward sustainable use of the amazon rainforest. NY: Columbia University Press, 1989.

FERNANDES, A. V. **Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia**: o caso da Reserva Extrativista do Rio Cajari no Estado do Amapá. 1997. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

FERREIRA, J. R. C. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS**: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento. 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Economia Rural, Porto Alegre, 2001.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo**: a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. 1992. Dissertação (Mestrado) – UFPB. Campus II, João Pessoa, 1992.

_____. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia**: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: GEA/SEMA, 2002. 170 p.

HOMMA, A. K. O. et al. **A destruição de recursos naturais**: o caso da castanha-do-pará no sudeste paraense. Belém: Embrapa, 2000. 74 p. (Documentos, 32).

_____. **Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia**. Belém: SBSP, 2001.

HOORNAERT, E. (Coord.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. 416 p.

JOUVE, P. **La recherche-développement à l'épreuve du temps et de l'évolution des modes d'intervention em milieu rural**. [S.l.]: CNEARC, 1992. 20 p.

LE MOIGNE, J. L. **A teoria do sistema geral**: teoria da modelização. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. 396 p.

LINS, C. **A Jari e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Data Forma, 1997. 160 p.

_____. **Jari**: 70 anos de história. Rio de Janeiro: Data Forma, 1991. 236 p.

MARIN, R. E. A. Prosperidade e estagnação de Macapá colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, F. dos S. (Org.). **Nas terras do cabo norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – séculos XVII/XIX. Belém: UFPA, 1999. p. 33-62.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 520 p.

OLIVEIRA, M. C. C. de. **Evolução do sistema agrário na margem esquerda do baixo Amazonas**. 2002. 196 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário. NEAF, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

PENA-VEJA, A. **O despertar ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 105 p.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: FAPESP, 1998. 272 p.

SOUSA, W. P. de. **Projeto Jari**: relatório anual de trabalho. [S.l.: s.n.], 1982. 17 p.

ZUIDEMA, P. A. **Ecología y manejo del árbol de castañã** (*Bertholettia Excelsa*). Bolívia: PROMAB, 2003. 118 p. (Série Científica, 6).